

André Nunes de Sousa

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, IFBA
– Campus Salvador
anunesds82@gmail.com

Centralidades regionais, centralidades acadêmicas: reconfigurações territoriais no Brasil e suas influências no desenvolvimento da Geografia na Bahia (1870-1970)

Resumo

O presente artigo visa demonstrar as relações entre centralidades regionais e centralidades acadêmicas, tomando como eixo o próprio movimento de configuração e reconfiguração do território nacional. O artigo toma como recorte temporal o período que se estende de 1870 a 1970, período de grandes mudanças na vida social do país e de redefinição das situações espaciais/regionalizações, para demonstrar que a centralidade acadêmica da Geografia no Brasil acompanhou no referido período o movimento de mudança regional da centralidade político-econômica no país, deslocando-se do estado da Bahia para a região sudeste, notadamente o estado de São Paulo. O artigo busca também trazer a público um pouco da história da Geografia desenvolvida na Bahia e suas contribuições à Geografia no Brasil, ainda bastante desconhecida da comunidade de geógrafos brasileiros.

Palavras-chave: centralidades regionais, centralidades acadêmicas, história da Geografia.

Abstract

REGIONAL CENTRALITIES, ACADEMIC CENTRALITIES: TERRITORIAL RECONFIGURATIONS IN BRAZIL AND THEIR INFLUENCES IN THE DEVELOPMENT OF GEOGRAPHY IN BAHIA (1870-1970)

This article aims to demonstrate the connections between regional and academic centralities. The investigations were focused on the changes in Brazilian national territory, contemplating its movements of configuration and reconfiguration. In the article was analyzed the period between 1870 to 1970, because it is known that it held major changes in Brazilian social life and in there definition of its spatial and regional situations. This historical review intents to demonstrate that the academic centrality of Geography in Brazil followed the shift of the political and economic centralities, which moved from the Northeast region to the Southeast region, especially to the state of São Paulo. The article also seeks to bring into light part of the history of Geography that was developed in Bahia and its contributions to the progress of Geography in Brazil considering that it is largely unknown to most of Brazilian geographers.

Key-words: regional centralities, academic centralities, history of Geography.

1. Primeiras palavras: pensando uma epistemologia existencial para as centralidades acadêmicas e regionais

A vida social e suas realizações, afirma Milton Santos (2006a), se dão no espaço geográfico segundo temporalidades diversas. Essas temporalidades são mediadas, fixadas e (ou) relativizadas por vetores (concretos ou abstratos) que incidem e se instalam no território, articulados dialeticamente a eventos, (re)configurando regiões e suas centralidades no tempo. A indissociabilidade entre os diferentes eventos e vetores – diferentes em natureza, duração e extensão – põe o espaço na condição de determinante-determinado, ao passo que cria uma multiplicidade de situações geográficas para a vida dos homens e de suas instituições.

Nesses termos, a interpretação dos modos como se desenvolve a própria Ciência, alterando suas centralidades institucionais e espaciais (regionais), deve também levar em consideração as relações que a Ciência estabelece com outras esferas da vida social. O nosso esforço nesse artigo é o de demonstrar que centralidades científicas constroem-se e desconstroem-se no tempo não apenas a partir das dinâmicas internas aos distintos campos

do saber, particularmente a Geografia, mas, sobretudo, acompanhando o próprio movimento do território e a (re)configuração de diferentes situações geográficas/regionalizações no seu percurso histórico.

A atenção do artigo recai, eminentemente, sobre a Geografia desenvolvida no estado da Bahia entre 1870 e 1970, demonstrando a construção de sua centralidade no Brasil e a perda gradativa dessa centralidade no tempo, já o estado de São Paulo é tratado aqui analiticamente como alteridade regional. Não se trata de negar ou por em segundo plano as contribuições da Geografia desenvolvida no estado de São Paulo à Geografia no Brasil, sobretudo após a década de 1930, quando ali se instalou a lógica acadêmico-universitária no país, mas tentar demonstrar que a formação das centralidades acadêmicas da Geografia no Brasil precisa ser abordado pondo as diferentes centralidades em um fluxo histórico comum.

Assim, a partir da apreensão da conformação de diferentes situações geográficas no tempo, e pautadas na operacionalização da noção de evento-vetor (SANTOS, 2006a), as páginas que se seguem buscam uma compreensão sobre o deslocamento regional da centralidade acadêmica e do movimento de consolidação da Geografia no Brasil no período que se estende entre as décadas de 1870 e 1970.

Para Milton Santos (2006a), o evento deve ser entendido como a realização de uma ou mais possibilidades existentes no mundo em um dado momento, já o vetor (concreto ou abstrato) é como uma flecha que, disparada/oriunda de um dado local, encontra aonde chega sempre uma realidade socioespacial pré-existente que lhe acolhe e lhe modifica, reconfigurando suas formas-conteúdos e alterando os seus modos de realização no tempo.

O evento é sempre presente, mas o presente não é obrigatoriamente o instantâneo. Daí decorre a ideia de duração, isto é, do lapso de tempo em que um dado evento, guardando suas características constitucionais, tem presença eficaz. Isso é importante reconhecer, quando desejamos distinguir a ação de eventos consecutivos ou simultâneos (SANTOS, 2006a, p.148).

O esforço de Milton Santos, na extensão de sua obra, foi o de construir um sistema teórico-conceitual capaz de acompanhar o movimento da sociedade presente em sua dimensão espacial, engendrando uma teoria devotada à compreensão dos modos de acesso dos homens e de suas

instituições ao espaço geográfico, seus elementos e suas possibilidades – um empenho intelectual que, decerto, conota e exige uma apreensão sensível à diversidade de situações geográficas construídas historicamente e sob as dinâmicas das diferentes temporalidades, sempre com vistas à totalidade.

“[...] Mas, no espaço geográfico, se as temporalidades não são as mesmas, para os diversos agentes sociais, elas, todavia, se dão de modo simultâneo” (SANTOS, 2006a, p. 159). A epistemologia existencial proposta por Milton Santos relaciona-se aos modos como o passado articula e participa do presente a partir da incidência de determinados vetores e da sucessão e dos desdobramentos de eventos definidores de novas situações geográficas/regionalizações, e de como esse presente direciona a vida dos homens – vida imbricada em uma co-existência socioespacial, mas enredada por temporalidades/ritmos distintas/os (SANTOS, 2006a, 2006b).

Uma epistemologia existencial deve estar pautada, a nosso ver, na compreensão das sincronias e das diacronias das quais são tributárias as coexistências socioespaciais. Compreender que “[...] cada lugar é uma combinação quantitativa e qualitativa específica de vetores [...]” e que, portanto, “[...] a vida social, nas suas diferenças e hierarquias, dá-se segundo tempos diversos que se casam e anastomosam, entrelaçados no chamado viver comum” (SANTOS, 2006a, p. 151 e 159).

Trata-se, desse modo, de entender as bases e a consolidação de uma racionalidade proposital-instrumental (HARVEY, 2009) que nasceu na Europa e, rapidamente, ganhou o Ocidente. Racionalidade entendida como um vetor, diria Milton Santos, que incide e se realiza em um tecido socioespacial pré-existente. Nos subespaços, isto é, nas distintas situações geográficas configuradas no tempo, vetores e eventos de diferentes naturezas, extensões e durações se implicam, formando arranjos socioespaciais específicos, regionalizações, sempre em movimento sincrônico-diacrônico, evidenciando uma dialética que opera em múltiplas escalas e oferecendo possibilidades diferentes aos homens e suas instituições (SANTOS, 2006a).

[...] O importante, mesmo, é unir esses dois esforços, já que cada fase do processo pode também ser vista como uma situação; e cada situação pode ser vista como um corte num movimento que é desigual, segundo levemos em conta este ou aquele elemento. Diacronia e sincronia, vistas através do espaço geográfico são,

exclusivamente, duas faces de um mesmo fenômeno, ou, ainda melhor, duas formas de perceber um movimento unitário (SANTOS, 2006a, p. 263-264).

Nos próximos tópicos será demonstrado como a centralidade acadêmica da Geografia acompanhou a mudança das centralidades regionais do território nacional, deslocando-se da Bahia para a região sudeste, notadamente para São Paulo, entre os anos de 1870 e 1970, em um movimento sincrônico-diacrônico, posto que o desenvolvimento do conhecimento geográfico no país esteve submetido ao próprio movimento de desenvolvimento da Ciência ocidental moderna (totalização), mas, simultaneamente, submetido também às particularidades (diacronias) das ocorrências de eventos e vetores que incidiram e se realizaram em duas diferentes regiões do território nacional no período analisado.

2. Desenvolvimentos epistemológico e institucional da Geografia: entre as centralidades acadêmicas e as centralidades regionais

Data de alguns séculos a vontade de organizar em uma estrutura universitária o ensino superior no Brasil, ensino ora restrito ao Clero (Brasil Colônia), ora presente em instituições isoladas financiadas ou não pelo Estado (I e II Impérios) ou mesmo em universidades de vida curta e de pouca ou nenhuma prática universitária concreta (Primeira República) (SOUSA, 2015).

Todavia, a ideia que ainda persiste na comunidade dos geógrafos brasileiros, de só haver Universidade, Ciência e pesquisa (geográfica) no Brasil após o marco historiográfico-institucional que toma como base a criação da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade do Distrito Federal (UDF) e da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) (1934-1935), precisa ser revisitada, colocando em um mesmo fluxo historiográfico as diferentes contribuições regionais, institucionais e epistemológicas à Geografia no país¹.

Nesse tópico destacaremos algumas contribuições de pesquisadores da Geografia na Bahia à organização da Geografia no Brasil, entre 1870 e 1970, demonstrando como a perda ou mudança regional da centralidade político-econômica da cidade de Salvador – capital do país por pouco

mais de dois séculos e praça comercial mais importante das Américas até a terceira década do século XIX (VASCONCELOS, 2002) – para a região sudeste, notadamente para o estado de São Paulo, se fez acompanhada também de uma mudança na centralidade acadêmica da própria ciência geográfica no país.

Em verdade, o início do ensino da Geografia na Bahia data do Período Regencial (1831-1840), precisamente de 1837, ano da criação do Liceu Provincial da Bahia. Em um país que vivia grande ebulição social, marcado por revoltas regionais, algumas de teor separatista, e pelo medo de uma possível volta à condição de Reino Unido de Portugal, a disciplina Geografia passou a ser ensinada nos estabelecimentos públicos de instrução, funcionando como mais um elemento de afirmação do Estado nacional independente (MOACYR, 1939; TAVARES, 2008).

O primeiro professor de Geografia e História do Liceu Provincial da Bahia, Ignácio Aprígio Fonseca Galvão, foi preso por ter participado da revolta da Sabinada (1837-1838), sendo depois anistiado, retornando ao cargo de professor da Instituição. O segundo professor de Geografia e História do Liceu, João Estanislau da Silva Lisboa, também foi preso, este por ter cometido um crime², cumprindo quatorze anos de prisão (NAZARETH, 1913; CALMON, 1998). A partir da década de 1870, em livro publicado por João Estanislau da Silva Lisboa (LISBOA, 1877)³, pode-se observar que a Geografia ensinada na Bahia já acompanhava o desenvolvimento da Geografia moderna, fazendo alusão aos escritos de Humboldt e de Ritter.

João Estanislau da Silva Lisboa, nascido em Calcutá (1819), filho de pai comerciante português e de mãe inglesa, migrou ainda criança para Salvador após a morte do pai, chegando a vivenciar a guerra pela Independência do Brasil e sua vitória pelas tropas brasileiras em 02 de julho de 1823, após a expulsão dos portugueses da cidade de Salvador nas batalhas ocorridas nos atuais bairros de Pirajá, Campinas de Pirajá, São João do Cabrito e São Caetano (TAVARES, 2008).

Aos dezoito anos de idade, João Estanislau da Silva Lisboa cursou a primeira turma do Liceu Provincial da Bahia (1837) sendo colega de classe de João Lustosa da Cunha Paranaguá (1821-1912), futuro Marquês de Paranaguá, amigo do Imperador Pedro II, fundador da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro – SGRJ e criador dos Congressos Brasileiros de Geografia, em 1909,

e para quem Lisboa dedicou o livro *Atlas Elementar de Geographia*, publicado em 1877 (LISBOA, 1877; CALMON, 1998; CARDOSO, 2013).

Nos anos em que esteve preso no Forte do Barbalho, em Salvador (1847-1861), condenado a quatorze anos de prisão com trabalho, João Estanislau da Silva Lisboa continuou a lecionar Geografia para os filhos de famílias abastadas da capital baiana que se dirigiam até a prisão para ter aulas com ele. Entre os seus alunos, podemos mencionar Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920), futuro educador renomado, professor de personalidades da cena político-cultural baiana e brasileira como o jurista Rui Barbosa e o poeta Castro Alves (CALMON, 1998).

Ernesto Carneiro Ribeiro tornou-se, já na Primeira República, proprietário de uma importante escola na capital baiana, a qual levava o seu nome – Ginásio Carneiro Ribeiro –, acolhendo na primeira década do século XX outro jovem estudante que se tornaria um dos principais nomes na história da Geografia no Brasil – Bernardino José de Souza (1884-1949), eminente geógrafo que por décadas tem estado à sombra dos festejados cientistas brasileiros pós-1930.

Os poucos textos que tratam da vida e da obra de Bernardino José de Souza contrastam com a larga contribuição que deu o professor à conformação da Geografia no Brasil, sendo responsável, entre outros aspectos, pela introdução no país do método científico conhecido como as monografias regionais descritivas, em 1916, no âmbito do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, ocorrido em Salvador e patrocinado pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (BAHIA, 1916).

A reduzida bibliografia escrita sobre o professor Bernardino José de Souza o retrata como um homem oriundo da aristocracia rural do Império. Nasceu no dia 08 de fevereiro de 1884, cinco anos antes da Proclamação da Primeira República, no engenho Murta, localizado no atual município de Cristinápolis-SE, antiga Vila Cristina, e registrado em Rio Real-BA, antigo município de Barracão (MATTOS, 2013 [1984]).

Bernardino José de Souza descende, pelos eixos paterno e materno, de famílias há muito fixadas na Bahia, produtoras de açúcar e de destaque no cenário político do Brasil do Império, mas de raízes mais remotas vindas de Portugal, sesmeiros, instalados na transição entre as regiões semi-árida e litorânea, entre os estados da Bahia e Sergipe.

Destacando-se desde cedo como aluno exemplar, logo passaria a exercer o magistério no Ginásio Carneiro Ribeiro, lecionando Geografia a partir de 1905, ano em que também se deu o seu casamento com a jovem Maria Olívia, filha do professor Carneiro Ribeiro (MATTOS, 2013 [1984]).

Cabe lembrar que, estudando no Ginásio Carneiro Ribeiro, de propriedade de um dos ex-alunos de João Estanislau da Silva Lisboa, e em uma cidade que pouco dispunha de meios para reprodução gráfica (o principal livro de Lisboa foi editado na Bélgica, em 1877), a bibliografia que provavelmente balizou as leituras iniciais de Geografia de Bernardino José de Souza na sua adolescência advinha de João Estanislau da Silva Lisboa e de seu aluno dileto, Jeronimo Sodré Pereira, este último havia escrito *Compêndio de Geographia Elementar, Especialmente do Brazil* (1884), de clara influência alemã.

Na Bahia e, depois, no Rio de Janeiro, Bernardino José de Souza ocuparia vários cargos na administração pública. Bernardino de Souza foi Secretário do Interior e Justiça do estado da Bahia, durante a curta interventoria do seu amigo Arthur Neiva (18/2/1931 a 15/7/1931). Mais do que homem de confiança do interventor, Bernardino de Souza foi, segundo o historiador Cid Teixeira (2013), o governador de fato – mas não de direito – da Bahia nesse curto período, rompendo com a tradição político-administrativa de os governos do estado da Bahia da Primeira República não ultrapassarem as funções de segunda prefeitura municipal da capital baiana.

No ano de 1934, Bernardino de Souza foi nomeado juiz da Câmara de Reajustamento Econômico, com sede na cidade do Rio de Janeiro, onde exerceu a presidência até março de 1937. Naquele mesmo ano foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, cargo que desempenhou com maestria, levando-o à condição de presidente da Casa (MATTOS, 2013 [1984]).

Em termos de organização institucional ligada à Geografia, o professor viajou pelo interior do estado da Bahia em busca de recursos e endereçou cartas a diversas instituições dos quatro cantos do país, solicitando contribuições que lhe permitiram inaugurar no centenário da data cívica maior da Bahia, 2 de julho de 1923, a nova e atual sede do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB (MATTOS, 2013 [1984]).

Bernardino de Souza ganhou projeção nacional na comunidade geográfica nascente a partir da apresentação do trabalho intitulado

A remodelação do ensino da Geografia é uma necessidade inadiável, tendo como base a criação de uma cadeira de Geografia Física, representando o Ginásio Carneiro Ribeiro e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, no 1º Congresso Brasileiro de Geografia, ocorrido em 1909 no Rio de Janeiro, sob a presidência do já idoso Marquês de Paranaguá (MATTOS, 2013 [1984]; CARDOSO, 2013).

Bernardino de Souza esteve presente nos nove congressos de Geografia que se seguiram no Brasil, promovidos pela SGRJ (ao todo foram oito congressos ocorridos na Primeira República e dois na Era Vargas), apresentando diversos trabalhos de suma importância para os desenvolvimentos epistemológico e institucional da disciplina, chegando à presidência da comissão organizadora do IX Congresso Brasileiro de Geografia realizado em 1940, em Florianópolis-SC.

Cabe lembrar que os Congressos Brasileiros de Geografia, patrocinados pela SGRJ, aconteceram em diferentes capitais das províncias do Brasil. Todavia, dos oito congressos realizados na República Velha, o maior em número de adesões, em trabalhos apresentados e em páginas publicadas foi o de Salvador, sob a regência de Bernardino de Souza, embora presidido pelo engenheiro-geógrafo baiano Theodoro Sampaio, consócio no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (CARDOSO, 2013).

Nos anais dos eventos ou em outros meios de publicação, Bernardino de Souza publicou livros e(ou) artigos como: *Limites do Brasil* (1911); *A Sciencia Geographica: seu conceito e suas divisões* (1913), onde desenvolve uma sistematização epistemológica para a Geografia e argumenta sobre a necessidade de se criar um laboratório de Geografia no país; *Por mares e terras* (1913), livro com prefácio de Theodoro Sampaio; *Geografia das cidades* (1913); *Onomástica Geral da Geografia brasileira* (1927), livro com prefácio de Afrânio Peixoto; *O pau-brasil na história nacional* (1939); *Ciclo de carros de bois no Brasil* (1958), entre outros.

Sobre o livro *Ciclos de carros de bois no Brasil*, Guimarães Rosa (2013) e Anísio Teixeira (2013), amigos de Bernardino de Souza, enxergam na referida obra a maturidade do professor como pesquisador – um trabalho de fôlego, desenvolvido ao longo de quatro anos de pesquisa e vindo a público após a sua morte. Já nas palavras do professor aposentado do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia, Waldir Oliveira, o livro de Bernardino de Souza pode ser considerado uma obra

de gigante, de semelhante temática a uma outra importante obra escrita na França, mas concebida alguns anos antes, embora sua publicação não antecipe a dos geógrafos franceses.

[...] podemos aqui compará-lo a um outro trabalho, já famoso no mundo inteiro, publicado apenas cinco anos antes do livro de Bernardino de Souza, no ano de 1955. Trata-se do livro 'L' Homme et la Charrue à travers le Monde', de André G. Haudricourt e Mariel Jean-Brunhes Delamare, esta última filha do grande mestre da Geografia francesa, Jean-Brunhes. Os autores europeus, trabalhando com todas as facilidades que o universo acadêmico do Velho Mundo lhes propiciou, não ultrapassaram, contudo, em erudição, ao nosso Bernardino, intelectual de província, vivendo num país subdesenvolvido e com poucos recursos postos à sua disposição. O surgimento, pois, desse trabalho, na França, engrandece ainda mais a obra do autor brasileiro. Se lá trataram do arado, Bernardino escolheu como tema o vulgar carro de bois [...]. Em muitos pontos, especialmente no da documentação, através de desenhos, gravuras ou fotografias, o trabalho de Bernardino suplanta o dos autores franceses. Podemos assim considerá-lo um trabalho de gigante (OLIVEIRA, 2013, p. 54-55).

No âmbito do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, ocorrido em Salvador, em 1916, a contribuição mais importante de Bernardino de Souza, além da própria organização do evento, diz respeito à introdução de um método científico na Geografia, calcado no positivismo. Trata-se das monografias regionais descritivas, que foram realizadas em vinte e três municípios baianos no mesmo ano de 1916, sendo alguns desses municípios contemplados com mais de uma monografia, totalizando assim mais de trinta monografias regionais (BAHIA, 1916, 1918).

Nas advertências preliminares da monografia regional descritiva que realizou em parceria com o Juiz de Direito da Comarca de Bom Conselho, João Mendes da Silva, sobre o município de Bom Conselho, o professor Bernardino José de Souza destaca os procedimentos que levou a termo para a ampla divulgação e a realização das monografias regionais no estado da Bahia (BAHIA, 1916, 1918):

Por força do meu cargo de Secretário geral da Comissão Organizadora do 5º Congresso Brasileiro de Geographia, tive a honra de pedir a todos os Intendentes dos nossos Municípios, Juizes de Direito, Promotores e Juizes Municipais das nossas comarcas e termos, bem como os intellectuaes em geral, a feitura e remessa de monographias descriptivas dos Municipios ou Comarcas em que administrativamente e judicialmente se divide o estado da Bahia. O pedido era opportunissimo: não se conhecendo a Geographia do amplo território bahiano julguei, como julgo ainda, que um dos meios mais fáceis de se iniciar um trabalho geographico completo sobre o Estado, é a elaboração de monographias regionaes que, mais tarde, ajustadas e conjugadas por competentes, podem dar em resultado a Chorographia da Bahia, escoimada das falhas que tanto a adulteram. Nos labores desta propaganda

publiquei no 'Diário Oficial' do Estado da Bahia de 5 de fevereiro de 1916 uma nota vulgarizadora do 5º Congresso, na qual apresentava o plano methodizado do que deviam conter as referidas monographias. [...] (*sic*) (BAHIA, 1918, p. 221).

As palavras do professor Bernardino de Souza denotam a vontade de se romper velhos vícios nas formas de se fazer Geografia no Brasil – *falhas que tanto a adulteram* –, vontade que também aparecerá reclamada nos textos de outros associados e colaboradores do evento. A metodologia que serviria de formato às monografias regionais descritivas foi publicada oficialmente em fevereiro de 1916, quase vinte anos antes de sua divulgação por Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig na Universidade de São Paulo e na AGB, já os resultados vieram ao público no mês de setembro de 1916, ao final da jornada acadêmica (BAHIA, 1916, 1918).

Ao passo que reforçava a ideia da necessidade de introduzir um método que pusesse limites às imprecisões nas descrições espaciais em voga naquele momento, contribuindo para levar a produção da Geografia no Brasil para perto das práticas teórico-conceituais e investigativas modernas, o professor Bernardino José de Souza fazia também alusão à questão do ensino da ciência geográfica nas escolas, comprometido por um tímido repertório disciplinar e por uma prática pedagógica, a seu ver, carente de maiores reflexões. Seus argumentos passam por um rol de leituras que incluem geógrafos ingleses, franceses, estadunidenses e, sobretudo, alemães, a quem parecia dedicar mais as suas leituras.

Em 1940, já na Era Vargas, Bernardino de Souza, então Ministro do TCU e residente no Rio de Janeiro, voltaria à cena da Geografia em âmbito nacional estando à frente do 9º Congresso Brasileiro de Geografia, na condição de presidente. Da jornada acadêmica realizada em Florianópolis, participaram ou fizeram adesão ao Congresso nomes como Pierre Monbeig, Haroldo de Azevedo, João Dias da Silveira, Delgado de Carvalho, Orlando Valverde, Fernando Raja Gabaglia, Ari França, Caio Prado Junior, Fernando de Azevedo, Eurípedes de Paula, João Dias da Silveira, entre outros representantes da recém-instituída Geografia acadêmico-universitária no Brasil (IBGE, 1941).

Seja como for, é necessário lembrar, diante desse breve resgate histórico que denota um pouco do largo desenvolvimento institucional e epistemológico da Geografia na Bahia, que o período narrado de modo sintético

foi também marcado por uma inversão nas/das centralidades regionais no território nacional. A perda da centralidade político-econômica que a Bahia detinha se deu a partir da combinação de sucessivos eventos que impuseram uma nova ordem regional ao país.

Voltando um pouco no tempo, no plano político-econômico, o professor Pedro Vasconcelos (2002) intitula o período de 1650 a 1763 de período áureo de Salvador. Mas a partir de 1680 a situação da capital da Colônia começou a mudar. A concorrência do açúcar das Antilhas passou a ser sentida acentuadamente pela economia baiana. Pouco tempo depois, em 1698, a descoberta de ouro em Minas Gerais, e seu respectivo escoamento pelo porto do Rio de Janeiro, abalaram de modo ainda mais grave a posição de centralidade que Salvador detinha, e, embora em 1717 tenha-se encontrado ouro também na Bahia, “[...] em 1728, foram descobertos diamantes, em Minas Gerais, causando novo impacto” (VASCONCELOS, 2002, p.75).

Apesar da ocorrência desses eventos, a Bahia manteve sua destacada posição nos cenários econômico e social da Colônia por um bom tempo. O professor Pedro Vasconcelos (2002) caracteriza a cidade de Salvador no período seguinte (1763-1823), entre a mudança da capital do país para o Rio de Janeiro e consolidação da Independência nacional, pela continuidade de sua hegemonia mercantil no continente americano. A criação do primeiro curso superior no Brasil instituído pela Coroa na Colônia, instalado na cidade de Salvador, no ano de 1808, é prova da posição que a cidade conseguiu sustentar, a despeito dos eventos adversos.

Mas é verdade que no final dos oitocentos, já no II Império, a ordem político-econômica e sua dimensão espacial alteraram-se bastante. Décadas de relativa estabilidade política no país foram seguidas de um período turbulento, decorrente da crescente tensão entre monarquistas e republicanos e entre abolicionistas e conservadores, culminando na queda do Império e no exílio de Pedro II e da família real em Paris. O movimento que pôs fim ao Império de Pedro II e instituiu a Primeira República no Brasil (1889) teve em setores das elites urbana e agrária regionais apoio decisivo, a exemplo da participação de cafeicultores paulistas (FAUSTO, 2014 [2001]).

Esta é uma fase de suma importância para compreendermos a efetiva mudança ou inversão dos polos decisórios na política nacional. Trata-se de determinações sociais objetivas que, ao mesmo tempo, possibilitaram

e demandaram maior celeridade na modernização do aparelho estatal – perpassando pela formação e pela qualificação contínuas de seus quadros profissionais – e na configuração territorial nacional (MORAES, 2005) caracterizada, no final do Segundo Império e nos primeiros decênios republicanos, segundo o professor Milton Santos (2005), por “arquipélagos” de infraestrutura e urbanização. Neste decurso, o eixo centro-sul se firmou como região polarizadora das políticas econômicas nacionais em detrimento da antiga situação vantajosa dos estados do norte, com destaque para a Bahia.

Esse quadro é relativamente quebrado a partir da segunda metade do século XIX, quando, a partir da produção do café, o estado de São Paulo se torna o pólo dinâmico de vasta área que abrange os estados mais ao sul e vai incluir, ainda que de modo incompleto, o Rio de Janeiro e Minas Gerais [...]. De um lado, a implantação de estradas de ferro, a melhoria dos portos, a criação de meios de comunicação, atribuem uma nova fluidez potencial a essa parte do território brasileiro. De outro lado, é aí também onde se instalam, sob os influxos do comércio internacional, formas capitalistas de produção, trabalho, intercâmbio, consumo, que vão tornar efetiva aquela fluidez. Trata-se, porém, de uma integração limitada, do espaço e do mercado, de que apenas participa uma parcela do território nacional. A divisão do trabalho que se opera dentro dessa área é um fator de crescimento para todos os seus subespaços envolvidos no processo e constitui um elemento de sua crescente diferenciação em relação ao resto do território brasileiro. É com base nessa nova dinâmica que o processo de industrialização se desenvolve, atribuindo a dianteira a essa região, e sobretudo ao seu pólo dinâmico, o estado de São Paulo. Está aí a semente de uma situação de polarização que iria prosseguir ao longo do tempo, ainda que em cada período se apresente segundo uma forma particular (SANTOS, 2005, p. 29-30).

Por outro lado, os processos responsáveis pela construção e institucionalização do saber erudito tomaram novas feições com as mudanças políticas ocorridas no país após 1930. A fundação das novas Universidades no período seguinte à Primeira República, bem como a criação de cursos superiores de Geografia duradouros até os dias atuais, impuseram no Brasil uma forma, ainda que diversa, de se fazer Geografia, seguindo mais estritamente as normas internacionais, calcadas sobremaneira na racionalidade da Ciência moderna.

Discursos apaixonados marcados por arroubos poéticos e retóricas inflamadas, que vinham sendo desconstruídos paulatinamente, desde, pelo menos, o Congresso de Geografia ocorrido em Salvador (1916), a partir da introdução do método das monografias regionais descritivas, cederam lugar

de modo mais célere a uma construção científica ainda mais ancorada na intencionalidade proposital-instrumental moderna, modificando as formas e conteúdos dos textos e outras práticas explicativas da Geografia até então produzida no país (MORAES, 2005).

A reestruturação do aparelho estatal brasileiro, embrionada nas primeiras décadas do século XX, e levada a termo ao longo do primeiro período da Era Vargas (1930-1945), impulsionou fortemente a Geografia no Brasil. Além do aparelho estatal, o governo Vargas também empenhou grandes esforços de modernização do território nacional, suscitando conhecimento e explicação sobre a vastidão das terras brasileiras e sobre a diversidade de suas paisagens e recursos geográficos (MORAES, 2005).

Estavam postas as condições objetivas para a institucionalização acadêmico-universitária da Geografia. No tocante à Geografia na Bahia, a despeito de todo seu desenvolvimento nos últimos decênios do século XIX e início do século XX, sua participação na nova lógica acadêmico-universitária esperou um pouco em relação à Geografia produzida nos centros à dianteira do processo.

A Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, em Salvador, foi criada em 1941, já com o curso de Geografia e História, reconhecido em 1944 (LEAL; FERREIRA; MESQUITA, 2010), antecipando em poucos anos a criação da primeira Universidade baiana, a Universidade da Bahia, seguindo os passos da USP e da UDF. O professor Ruy Simões (1990), ex-diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências da UFBA, descreve, com palavras testemunhais, os antecedentes imediatos ao nascimento da Faculdade de Filosofia e Ciências da Bahia:

Na Bahia, à mesma época, um irmão marista, diretor do Colégio Nossa Senhora da Vitória, projetara, aos moldes da Escola Normal Superior de França (*sic*), uma faculdade que objetivaria a formação de professores para o ensino secundário, normal e técnico.

Sonhava com o renascer das licenciaturas em Salvador, surgidas quatro séculos antes, por obra dos jesuítas e extintas por um marquês tirânico (SIMÕES, 1990, p. 21).

O projeto foi negado em um primeiro momento por setores da Igreja. Todavia, lembra Ruy Simões (1990), não tardou para que o pedagogo Isaías Alves de Almeida, irmão do então Interventor Federal da Bahia, Landulpho Alves de Almeida, que o havia instituído Secretário de Educação e Saúde,

levasse o projeto adiante, no início dos anos 1940, convidando um grupo de intelectuais para formar as bases da futura Faculdade.

Um ponto determinante nos rumos que tomaram o projeto e, posteriormente, a instalação da Faculdade de Filosofia da Bahia, diz respeito à composição do seu quadro docente. O professor Isaias Alves posicionou-se de forma antípoda às premissas que pautaram a instalação da Universidade de São Paulo, no que se refere à busca da experiência acumulada dos professores oriundos da tradição europeia. O professor Ruy Simões (1990) fala sobre a opção pela composição de um corpo docente “tipicamente baiano”, escolha de Isaias Alves, em oposição ideológica e pedagógica ao que pensava o professor Anísio Teixeira, idealizador da UDF, de quem comumente discordava.

É preciso destacar que os anos 1940 – portanto duas décadas antes da Reforma da Educação dos governos militares, de 1968 – representam uma fase importante na historiografia da Universidade e da Geografia no território baiano. Mas a década de 1940 não representa para a Bahia uma inflexão histórica radical, no sentido de alternância ou reconquista da centralidade econômica e decisória do país, perdida com mais força desde o século XIX. Longe disso.

Todavia, pode-se dizer que a sociedade baiana, imersa em uma situação de estagnação e declínio político-econômicos, desde o século XIX, assistiu/participou, ao menos, a/de um movimento melhor orquestrado entre as esferas da vida social, articulado na ação de agentes sociais em diferentes escalas geográficas. Nesse movimento, a Universidade foi vista como elemento central para as mudanças sociais pretendidas.

A estagnação foi alterada a partir da segunda metade da década de 40, quando assumiu o poder uma elite modernizante que atuava no governo local e federal. Clemente Mariani, Rômulo Almeida, Anísio Teixeira e deputados como Pedro Calmon dividiam os mesmos ideais. Estavam dispostos a recolocar a Bahia no cenário político, econômico e cultural do país, pretendiam superar o atraso em que o estado se encontrava. Entendiam que, isoladamente, o poder econômico não conseguiria realizar essa tarefa; assim, o poder cultural seria aliado central da Universidade propulsora de mudanças (MARQUES, 2010, p. 140).

Como membro dessa elite modernizante, deve ser citado o médico e professor Edgard Santos, com destacado papel na efetivação do velho sonho de fundar uma Universidade na Bahia. A força política de Edgard

Santos, nomeado Ministro de Estado quase uma década mais tarde (1954)⁴, se manifestou cedo na vida pública, tendo participação decisiva na criação da Universidade da Bahia (1946), sendo indicado para o primeiro reitorado, dirigindo a instituição por quinze anos (MARQUES, 2010).

No ano de 1946, precisamente no dia 8 de abril, foi finalmente fundada a Universidade Federal da Bahia – UFBA, reunindo as antigas Faculdades e Escolas de ensino superior. Sua instalação se deu no dia 2 de julho do mesmo ano, data que desde então passou a ser duplamente emblemática para a Bahia e para o Brasil.

A centralidade que a Universidade da Bahia rapidamente atingiu na produção intelectual baiana e brasileira iria, nas duas décadas seguintes, se manifestar em diversos campos do espaço social, a exemplo do campo artístico, marcado por reviravoltas estéticas de amplitude nacional e internacional. Foi na Universidade da Bahia que surgiram os primeiros cursos superiores de Teatro, Dança e Música no Brasil. Movimentos como o Cinema Novo, a Bossa Nova e a Tropicália foram germinados na universidade baiana, sempre, e por extensão, dialogando com outros espaços e grupos sociais diferentes da comunidade universitária.

Nesse contexto de efervescência cultural, o reitor incentivou a criação de diversos laboratórios na UFBA, impulsionando a pesquisa e a extensão universitárias na Bahia. Assim foi criado, a pedido do Reitor Edgard Santos, o laboratório que seria um novo marco de renovação da Geografia na Bahia, o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, fundado pelo professor Milton Santos, em 1º de janeiro de 1959, com o apoio dos professores Jean Tricart, Tereza Cardoso, Nilda Guerra de Macedo, Anna Dias Carvalho e Antônia Déa Erdens, criando as bases para o futuro Departamento de Geografia da UFBA (SOUSA, 2013).

Como evento histórico basilar do Laboratório e do Departamento de Geografia da UFBA, deve ser referenciada aqui a realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia, promovido pela União Geográfica Internacional – UGI, na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1956, onde se deu a participação fundamental do professor Jean Tricart e sua contribuição decisiva ao desenvolvimento da Geografia, como agente articulador entre a Geografia praticada até então na Bahia e no Brasil e as modernas concepções de ciência europeias e, dias depois, o convite para que Milton

Santos fosse para Estrasburgo, na França, doutorar-se em Geografia sob sua orientação.

É do período entre 1948 e 1960 que datam algumas obras importantes escritas por Milton Santos na Bahia, tais como: *O povoamento da Bahia: suas causas econômicas* (1948), *Os estudos regionais e o futuro da Geografia* (1953), *Zona do cacau: introdução ao estudo geográfico* (1955), *O centro da cidade de Salvador: estudo de Geografia urbana* (tese de doutorado) (1958), entre outras. Sobre o livro *Zona do cacau*, assim se refere o professor Ruy Moreira:

A *Zona do cacau* é uma monografia regional vidaliana típica, o que não é de todo raro na obra de Milton Santos. A estrutura e o modo de análise que toma, encarna claramente *Colonização, povoamento e plantação de cacau no sul do estado da Bahia*, o texto de Monbeig, de 1940. A integralidade da paisagem é feita por superposição de camadas, seguindo a técnica monbeiguiana, com o povoamento e o *habitat* sobrepondo-se ao quadro natural e sendo sobreposto, por sua vez, pelo arranjo da economia cacauzeira. Mas é a circulação e os seus efeitos de entrelaçamento entre o arranjo do espaço e o papel da cidade – também aqui numa inspiração de Monbeig – o traço forte da análise (MOREIRA, 2010, p. 57).

As palavras empreendidas, a partir da análise de Ruy Moreira de uma obra de Milton Santos, datada de 1955, servem como exemplo das composições realizadas nessa fase transitória e híbrida da Geografia no Brasil, apenas não ressaltam que a feitura de monografias regionais descritivas tinham uma trajetória nos estudos geográficos na Bahia, desde 1916, independentemente da *técnica monbeiguiana*.

A partir do Laboratório, uma geração de geógrafos pôde se formar na Bahia seguindo as novas tendências da Geografia na Europa e, sobretudo, na França. A equipe do Laboratório foi ainda responsável pela criação do Boletim Baiano de Geografia, para dar maior visibilidade aos trabalhos desenvolvidos e para que o intercâmbio de artigos científicos pudesse ocorrer ampliando as possibilidades ainda restritas ao trânsito das publicações no jornal *A Tarde*, o mais importante jornal da Bahia, e do qual Milton Santos era redator-chefe (SOUSA, 2013; DEPOIMENTO DE MARIA AUXILIADORA EM 03 DE JULHO DE 2014).

Contudo, os graves acontecimentos que acometeram a República no ano de 1964 foram também determinantes no desenrolar da história da Geografia na Bahia. O professor Milton Santos, principal liderança da Geografia na Bahia, articulador da Geografia ali produzida com a produção

acadêmica de diversos centros nos diferentes continentes, não encontrou outra saída que não fosse a de se afastar do Brasil, dada a sua intensa participação na vida pública do país, oposta às forças que tomaram o poder, não o permitindo dar continuidade às pesquisas e orientações na capital baiana (DEPOIMENTO DE MARIA AUXILIADORA EM 03 DE JULHO DE 2014).

Pouco tempo depois, outro evento de escala nacional redefiniria as possibilidades de realização da ciência no país. No ano de 1968, a implementação das Reformas dos Governos Militares para a Educação estabeleceu/criou novos parâmetros de regulamentação para a pós-graduação no Brasil.

Imbuído de criar as bases necessárias para execução de um projeto que oferecesse maior especialização aos profissionais formados nas Universidades do Brasil, foi efetivado, três anos antes, ainda em 1965, o Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG, criando programas de pós-graduação e cargos de Dedicção Exclusiva. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, instituída há pouco mais de uma década, em 1951, passou a ampliar suas ações nos poucos centros de pesquisa já consolidados. Em 1965 fora estabelecido um primeiro esforço de normatização através do Ato do Conselho Federal da Educação, mas as mudanças mais acentuadas viriam mesmo a partir de 1968 (MORAES, 2005; ALMEIDA; GUIMARÃES, 2013).

O que houve com as Reformas para a Educação dos Governos Militares, de 1968, foi uma ampliação paulatina, tímida e ainda espacialmente concentrada dos programas de pós-graduação no Brasil nas diversas áreas do conhecimento. Se tomarmos como base os centros dedicados à Geografia após as reformas, teremos em destaque, na dianteira do processo, as seguintes Universidades: USP (cursos de mestrado e de doutorado em Geografia Física e Geografia Humana, ambos em 1971), UFRJ (curso de mestrado em Geografia em 1972), UNESP de Rio Claro (curso de mestrado em Geografia em 1977 e de doutorado em Geografia em 1983) e UFPE (curso de mestrado em Geografia em 1977) (DANTAS, 2011). Nesse contexto, a Bahia esperaria até o ano de 1994 e 2011 para ter os seus primeiros cursos de mestrado e de doutorado em Geografia, respectivamente.

Todavia, a despeito das possibilidades que se apresentam na atualidade, balizadas por um conjunto de novas técnicas – sistemas técnicos, diria

Milton Santos (2006a), notadamente a rede mundial de computadores-, permitindo maior integração das diferentes regiões/situações geográficas ao “circuito oficial” da produção acadêmica em escalas nacional e internacional, os sistemas técnicos no território continuam e continuarão a ser elementos fundantes das configurações e reconfigurações de centralidades regionais e acadêmicas no tempo.

3. Palavras finais

Esse artigo buscou demonstrar a intrínseca relação entre a produção de centralidades regionais e de centralidades acadêmicas, tomando como eixo o próprio movimento de configuração e reconfiguração do território no tempo. Para tanto, apresentamos parte da produção de expoentes professores e pesquisadores da Geografia na Bahia, entre as décadas de 1870 e 1970.

A cronologia das obras e propostas metodológicas apresentadas, quando inserida em um fluxo histórico comum à realização da Geografia no Brasil, permite verificarmos como movimentos socioespaciais, adversos ou favoráveis, expressos na objetivação dos eventos-vetores, funcionam como determinações sobre o rumo que tomam as próprias centralidades acadêmicas no tempo e no espaço.

Como dissemos ao longo do texto, não se trata de negar ou por em segundo plano as contribuições da Geografia desenvolvida em outras regiões, a exemplo de São Paulo, no extenso recorte temporal analisado, à Geografia no Brasil, sobretudo após a década de 1930, quando ali se instalou a lógica acadêmico-universitária no país. Pelo contrário. São Paulo, apresentado aqui como alteridade regional, como principal centro político-econômico do país na atualidade, nos serviu à análise de como as centralidades regionais e acadêmicas se relacionam no tempo e no território.

A ideia é a de compreender o movimento sincrônico-diacrônico, estrutural-conjuntural, de realização da sociedade e de suas instituições no tempo, entendendo as particularidades através do fluxo comum da totalidade. Foi nesses termos, acreditamos, que o professor Milton Santos pensou o esforço necessário de construirmos uma epistemologia existencial

conotando e exigindo uma apreensão sensível à diversidade de situações geográficas construídas historicamente e atenta ao fato de que os lugares e regiões são combinações de vetores e eventos que articulam o passado ao presente.

Notas

- ¹ O professor Manoel Fernandes de Sousa Neto (2005) compartilha da mesma opinião de que a Geografia e a formação de professores em Geografia não se iniciam com a tríade institucional USP-AGB-UDF.
- ² João Estanislau da Silva Lisboa cometeu um crime bárbaro que chocou a sociedade baiana no ano de 1847: ele assassinou a noiva com quem iria se casar, a jovem Júlia Fetal.
- ³ Em 1877 Lisboa publicou o *Atlas Elementar de Geographia*, o qual encontramos na Biblioteca Pública do estado da Bahia. Em 1855 traduziu para o idioma português *O lavrador prático de canna de açúcar*, de autoria de Leonardo Wray, e de forte teor geográfico, também encontrado na biblioteca já citada, e em 1863 publicou *Geographia astronômica*, não encontrado até o momento. Todos esses livros foram citados pelo historiador Pedro Calmon (1998).
- ⁴ A participação de Edgard Santos no Ministério da Educação foi curta, durou apenas dois meses, sendo interrompida após a morte de Getúlio Vargas, em 1954 (MARQUES, 2010).

Referências

- ALMEIDA, Elenara Chaves Edler; GUIMARÃES, Jorge Almeida. **A pós-graduação e a evolução da produção científica brasileira**. São Paulo: Editora SENAC, 2013.
- BAHIA, Imprensa Oficial do Estado. **Anaes do 5º Congresso Brasileiro de Geographia**, I Volume, Salvador, 1916.
- _____. **Anaes do 5º Congresso Brasileiro de Geographia**, II Volume, Salvador, 1918.
- CALMON, Pedro. **A bala de ouro**: história de um crime romântico. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1998.
- CARDOSO, Luciene Pereira Carris. **O Lugar da Geografia Brasileira**: a sociedade de Geografia do Rio de Janeiro entre 1883 e 1945. São Paulo: Editora AnnaBlume, 2013.
- DANTAS, Eustógio Wanderlei Costa. A volta dos periódicos. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 119-134, out. 2011.

- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2014 [2001].
- GIAMBIAGI, Fábio et al. **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- IBGE. **Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia**. Rio de Janeiro, 1941.
- LEAL, Luis Rogério; FERREIRA, Yeda. A.; MESQUITA, Francisco José. Instituto de Geociências. In: TOUTAIN, L. M. B.; SILVA, R. R. G. **UFBA do século XIX ao século XXI**. Salvador: EDUFBA, 2010.
- LISBOA, João Estanislau da Silva. **Atlas Elementar de Geographia**. Bruxelas: Leao Mertens, 1877.
- MARQUES, Maria Inês Corrêa. **UFBA na memória: 1946-2006**. Salvador: EDUFBA, 2010.
- MATTOS, Waldemar. Bernardino José de Souza (1884-1984). In: SENA, Consuelo Pondé de (Org.). **Bernardino de Souza, vida e obra**. Salvador: Quarteto Editora, 2013. p.183-213.
- MOACYR, Primitivo. **A Instrução e as Províncias: subsídios para a História da Educação no Brasil (1835-1889)**, 2º volume. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.
- MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro 3 – as matrizes brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2010.
- NAZARETH, Elias Figueiredo. **Lyceu Provincial da Bahia (1836-1890)**. Salvador: Typographia Bahiana, 1913.
- OLIVEIRA, Waldir. Bernardino de Souza, o historiador. In: SENA, Consuelo Pondé de (Org.). **Bernardino de Souza, vida e obra**. Salvador: Quarteto Editora, 2013. p. 47-55.
- PEREIRA, Jerônimo Sodré. **Compêndio de Geographia Elementar, Especialmente do Brazil**. Bahia: Lopes da Silva Lima & Amaral; Typ. Dous Mundos. 1884.
- ROSA. Guimarães. Depoimentos. In: SENA, Consuelo Pondé de (Org.). **Bernardino de Souza, vida e obra**. Salvador: Quarteto Editora, 2013. p. 268.

SANTOS, Milton. **O povoamento da Bahia**: suas causas econômicas. Salvador: Imprensa oficial da Bahia, 1948.

_____. **Os estudos regionais e o futuro da Geografia**. Salvador: Imprensa Oficial, 1953.

_____. **Zona do cacau**: introdução ao estudo geográfico. Salvador: Imprensa Oficial, 1955.

_____. **O centro da Cidade de Salvador**: estudo de geografia urbana. Salvador: Progresso, 1958.

_____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 2006a.

_____. Por uma epistemologia existencial. In: SILVEIRA, Maria Laura; LEMOS, Amália Ines G.; ARROYO, Monica (Org.). **Questões territoriais na América Latina**: Buenos Aires: CLACSO, 2006b, p. 19-26.

SEABRA, Manoel. Caio Prado Jr. e os Primeiros Anos da AGB: Descrição comentada e estudo introdutório de documentos diretamente relacionados à Associação dos Geógrafos Brasileiros, do Dossiê AGB do Acervo Caio Prado Jr., do IEB-USP. In: IUMATTI, Paulo; SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Heinz (Org.). **Caio Prado Junior e a Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 13-125.

SILVA, Tereza Cardoso. Encontros com Milton Santos. In: SILVA, Maria Auxiliadora da (Org.). **10 anos sem Milton Santos**. Salvador: ALBA, 2011, p. 301-305.

SIMÕES, Rui. **A Faculdade de Filosofia e sua Identidade Perdida**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1990.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes. A história da Geografia no Brasil. **Revista Tamoios**, v. 1, n. 1, 2005. <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/570/618>. Acesso em: 19 nov. 2013

SOUSA, André Nunes. **Percorso historiográfico do campo disciplinar geográfico na Bahia e em São Paulo**: Contribuições da Universidade Federal da Bahia e da Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia. 2015.

SOUSA, William Morais Antunes. Maria Auxiliadora da Silva. In: SILVA, M. A. (Org.) **Encontro de Gerações**: Seminário Nacional Contribuição à Geografia Brasileira. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2013. p. 215-232.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. 11. ed. São Paulo: EDUNESP / Salvador: EDUFBA, 2008.

TEIXEIRA, Anísio. Depoimentos. In: SENA, Consuelo Pondé de (Org.). **Bernardino de Souza, vida e obra**. Salvador: Quarteto Editora, 2013. p. 267.

TEIXEIRA, Cid. Bernardino de Souza: seis meses de governo. In: SENA, Consuelo Pondé de (Org.). **Bernardino de Souza, vida e obra**. Salvador: Quarteto Editora, 2013.p. 151-164.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador**: transformações e permanências (1549-1990). Ilhéus, BA: Editus, 2002.

Recebido em: 06/07/2016

Aceito em: 17/07/2016

